

TERCEIRO SETOR E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

THIRD SECTOR AND ITS REPRESENTATIONS IN THE BRAZILIAN CONTEXT

IONE DA SILVA LEMOS¹

KESIANE SILVA RODRIGUES²

RAIANE RIBEIRO BISPO³

ÉDAR JESSIE DIAS MENDES DA SILVA⁴

RESUMO:

A escolha do terceiro setor como objeto de estudo busca inserir um debate, pautado na premissa tal como estipulado pela Constituição Federal de 1988, considerando que a Seguridade Social é um direito de cidadania e um dever do Estado. Entendendo que o terceiro setor foi se expandindo com o advento do neoliberalismo, que em uma análise mais teórica aprofunda a crise capitalista, mundo do trabalho, entre outras expressões da obra de Carlos Montaña, assim é necessário um olhar crítico sobre os espaços de ocupação do Assistente Social, e o Terceiro Setor é um desses espaços. O caminho percorrido envolveu pesquisa bibliográfica, com discussão sobre a história do surgimento do terceiro setor no território brasileiro, os ideários presentes, as regulamentações que norteiam e corroboram com o fortalecimento desse setor. Conclui-se que o Terceiro Setor contribui e legitima socialmente para o afastamento do Estado, esse é, portanto, o projeto neoliberal que está alicerçado na esfera social sobre três pilares: a autorresponsabilização do indivíduo, a desresponsabilização social do Estado e a consequente desoneração do capital.

Palavras-chave: Estado Neoliberal. Instituições sem fins lucrativos. Público e Privado.

ABSTRACT:

The choice of the third sector as the object of study, seeks to insert a debate, based on the premise as stipulated by the Federal Constitution of 1988, considering that Social Security is a right of citizenship and a duty of the State. Understanding that the third sector has been expanding with the advent of neoliberalism, which in a more theoretical analysis deepens the capitalist crisis, the world of work, among other expressions of Carlos Montaña's work, thus it is necessary to have a critical look at the spaces of occupation of the Social Worker, and the Third Sector is one of those spaces. The path taken involved bibliographical research, with discussion on the

¹ Graduada em Serviço Social – Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: ioneleemos18@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social – Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: kesiane_silva@hotmail.com

³ Graduada em Serviço Social – Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: raiananni18@gmail.com

⁴ Orientadora. Docente no curso de Serviço Social da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: edar.silva@facunicamps.edu.br

history of the emergence of the third sector in Brazilian territory; the present ideas; the regulations that guide and support the strengthening of this sector. It is concluded that the Third Sector contributes and socially legitimates to the removal of the State, this is, therefore, the neoliberal project that is founded in the social sphere on three pillars: the self-responsibility of the individual, the social de-responsibility of the State, and the consequent exoneration of capital.

Keywords: *Neoliberal State. Non-profit institutions. Public and Private.*

1 INTRODUÇÃO

Antes de conhecermos alguns elementos presentes na escolha deste objeto de estudo é preeminente a necessidade de distinguir sobre os setores, para com isso, direcionarmos sobre a compreensão do terceiro setor.

De forma simplificada, o primeiro setor é representado pelo governo, isto é, são instituições públicas financiadas com recursos e dinheiro públicos. O segundo setor é caracterizado pelo setor privado, são empresas, indústrias, fábricas que dividem seus lucros entre seus acionistas, sócios entre outros. No terceiro setor estão todas as organizações não governamentais, ou organizações da sociedade civil organizadas, também conhecido, de acordo com o marco regulatório, como organização da sociedade civil. Portanto, no terceiro setor estão concentradas todas as organizações não governamentais que se dividem em associações, fundações, institutos, entre outros.

Existe um dilema falsamente posto na promoção do terceiro setor em relação aos outros setores, nessa direção tem um contraste entre qual setor seria a melhor opção entre os três setores, para resolver as questões sociais. Na verdade, o que está por trás desse debate não é o qual seria o melhor para intervir na questão social, mas sob qual a modalidade de intervenção social está alinhada com as necessidades do Estado.

Por isso, ao escolhermos como objeto de estudo o terceiro setor, buscamos inserir um debate, pautado na premissa tal como estipulado pela Constituição Federal de 1988, considerando que a Seguridade Social é um direito de cidadania e um dever do Estado. Portanto, tem-se uma modalidade de intervenção social que se constitui como um direito do cidadão brasileiro, e cuja responsabilidade central está atrelada ao dever do Estado.

Tal premissa fica evidentemente contrária com os interesses neoliberais, e, portanto, o projeto neoliberal, em nossa concepção, busca desmontar o que está estabelecido na Carta Magna como modalidade prioritária ou fundante de intervenção social, visa deslocar para um

outro modo de intervenção. Esse outro modo de intervenção que retira o direito de cidadania, retira o dever do estado, desonera o capital, e autorresponsabiliza os indivíduos através da solidariedade na sociedade civil pela própria resposta às necessidades sociais.

Entendendo que o terceiro setor foi se expandindo com o advento do neoliberalismo, que em uma análise mais teórica aprofunda a crise capitalista, mundo do trabalho, entre outras expressões da obra de Carlos Montaña, por entendermos que é necessário um olhar crítico sobre os espaços de ocupação do Assistente Social. E o Terceiro Setor é um desses espaços.

O caminho percorrido envolveu pesquisa bibliográfica, e pudemos construir o estudo com as seguintes categorias de análise: Público e Privado, Instituições sem fins lucrativos e Estado Neoliberal. A discussão envolve a história do surgimento do terceiro setor no território brasileiro; os ideários presentes; as regulamentações que norteiam e corroboram com o fortalecimento desse setor. Partimos do conceito de terceiro setor e de sua afirmação enquanto espaço do comum e dialogamos com autores que apresentam em seus estudos análises críticas em relação a esse setor.

Enfim, na elaboração deste estudo nos coloca em condição de protagonistas para a construção de uma nova história o que nos fez acreditar que mesmo em um espaço que favoreça a perspectiva capitalista, adverso como o Terceiro Setor podemos fortalecer nossos ideais de igualdade, democracia e justiça e assim fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em quase todos os países industrializados tem-se testemunhado hoje em dia um notável crescimento do terceiro setor, ou seja, de iniciativas socioeconômicas que não pertencem ao modo tradicional do setor privado que tem fins lucrativos, e nem ao setor público. Essas iniciativas geralmente derivam da reorganização da produção e das relações sociais, e que muitas vezes operam sob uma ampla variedade de estruturas da economia e da produção. De muitas maneiras, eles representam a expressão nova ou renovada da sociedade civil contra um pano de fundo de crise econômica, o enfraquecimento dos laços sociais e as dificuldades do Estado de bem-estar, necessárias à manutenção da reprodução social (ALENCAR, 2009; FONTANA, SCHMIDT, 2021).

Mundialmente, nos últimos anos, houve um exorbitante crescimento do Terceiro Setor, e no Brasil, o avanço exponencial desse fenômeno tem provocado diversas interpretações, de um lado tem aqueles que interpretam como natural em uma sociedade capitalista tal cenário surgir, no entanto, para Andrade e Veloso (2017), o Terceiro Setor tem sido estabelecido com um forte juízo de valor e forte apelo moral, que sinaliza como algo -bom|| ou -mal|| que socialmente é uma alternativa para gerir as supostas crises do Estado.

Em relação à definição sobre o Terceiro Setor⁵, Corry (2010) refere que devido a sua natureza não singular, surgem diferentes definições, interpretações e teorizações. Nessa direção, em uma ótica "americanizada", defendem como um setor separado caracterizado por entidades organizadas, privadas, sem fins lucrativos e voluntários. Em uma definição mais "europeia" tem-se como um fenômeno híbrido que combina e conecta outros setores, como Estado e mercado, tal visão permite que as empresas sociais e os órgãos estatais de bem-estar também participem. Em contraste às teorizações epistemologicamente orientadas, tratam o terceiro setor mais como um processo ou forma de prática, tais como, um determinado tipo de comunicação, uma forma de ordenação e governo das pessoas, ou mesmo como uma forma de luta ou diálogo entre forças sociais ou luta entre diversos atores e detentores de poder institucional.

Fato é que, o contexto do Terceiro Setor surgiu sendo profundamente influenciado por iniciativas neoliberais, e provavelmente estamos passando de um "estado de bem-estar" para uma nova "mistura de bem-estar" onde a responsabilidade agora é preestabelecida como compartilhada entre as autoridades públicas, sociedade com fins lucrativos e terceiros setor, que a *priori* é definido com base em critérios estritos de eficiência e justiça.

Nessa direção, Silva (2011) e Araújo (2013) argumentam que o Terceiro Setor está sendo expandido em um contexto de desmonte dos direitos sociais, argumento esse defendido pelo pensamento neoliberal cujo discurso é o de solidariedade social, alicerçado como uma resposta alternativa das questões sociais vigentes, buscando inclusive a prestação de serviços com qualidade social. Além disso, essa expansão é permeada por:

[...] interesses classistas, bem como o aumento de instituições que integram o rol desta suposta esfera, oscila entre o interesse de grandes capitalistas, que buscam através do desenvolvimento da filantropia empresarial, entre outras coisas, difundir uma boa imagem, na sociedade, de suas instituições, passando pelas ONGs que

⁵ Termo cunhado pioneiramente por Amitai Etzioni, nos artigos *-The Untapped Potential of the „Third Sector||* (1972) e *-The Third Sector and Domestic Missions||* (1973).

surtem atreladas aos movimentos sociais as quais possuem, por assim dizer, um espírito mais revolucionário, sendo mencionadas, inclusive, instituições como seitas religiosas. Essa primeira ideia do que engloba o terceiro setor na sociedade, mostra-nos uma complexidade no que se –esconde|| por trás deste suposto –setor|| (SILVA, 2011, p. 1).

De acordo com Costa (2005), entende-se por serviços prestados com qualidade social aqueles cujas ações transcendem a concepção do simples assistencialismo, que não promovem mudanças e nem desenvolvimento sócio assistencial. Mas, ao contrário, assumem a perspectiva de ações voltadas para transformações efetivas de realidades opressoras e excludentes de direitos sociais. Tem uma dimensão racional e técnica, mas fundamentalmente política, em que o cidadão sai da condição subalterna de "assistido", assumindo a posição de –sujeito de direitos||. São ações voltadas para a promoção e o desenvolvimento humano, e não para o alívio de situações pontuais, sem efetivamente provocar mudanças e transformar realidades.

Mas até que ponto as benesses do Terceiro Setor podem realmente se tornar realidade nos países em desenvolvimento, ainda é uma incógnita, pois de fato, o que se observa na prática é que esse fenômeno em parte tem cumprido uma função residual de preenchimento nas falhas do mercado e do Estado (ARAÚJO, 2013).

Assim, na atualidade, as discussões e estudos sobre o Terceiro Setor são pertinentes principalmente no contexto do Serviço Social, considerando que é fundamental ampliar a compreensão específica e atualizada sobre a atuação do profissional assistente social nessas organizações, considerando a busca da qualidade social para os serviços prestados no âmbito nacional.

2.1 Reestruturação Capitalista e a Nova Relação do Estado com a Sociedade

Em âmbito global, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, sempre foi permeado por crises cíclicas, entre estas, crise estrutural do sistema global hegemônico do capital, que em partes pode ser entendida como uma forma de controle do modelo social vigente. Esse sistema se reinventa, se reestrutura e inova-se com a finalidade de superar a contingência do seu processo histórico (NEVES, 2012). Desse modo, –a busca de lucros adquiriu forma específica em cada período do modo de produção capitalista: o capitalismo concorrencial (século XIX), o imperialismo clássico (fins do século XIX até a Segunda

Guerra Mundial) e o capitalismo tardio (pós-1945 até os dias de hoje) (BEHRING, 2014, p. 17).

No capitalismo tardio existe a corrida pelos superlucros, centrado principalmente no diferencial de produtividade do trabalho e na busca de rendas tecnológicas, tais processos promovem uma modificação na relação e no papel da força de trabalho, no que diz respeito ao processo de constituição de valor, surgindo assim, não mais um desemprego eventual, mas sim um desemprego estrutural, problema este que tem se agravado nas últimas décadas (BEHRING, 2014).

Todas essas diversas reestruturações possuem um fator em comum, haja vista que o –objetivo de recuperar o ciclo reprodutivo do capital – através da reposição dos patamares de acumulação anteriores à crise – oferecendo respostas que enfrentam as crises somente em sua superfície, em sua dimensão fenomênica, ou seja, uma reestruturação que passe longe de abalar qualquer dos pilares fundamentais do modo de produção capitalista (NEVES, 2012, p. 2).

Importante mencionar que, após a Segunda Guerra Mundial, houve um longo período de expansão com o crescimento da composição orgânica do capital, o aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe derrotas do movimento operário) e a baixa dos preços das matérias primas. Todo esse cenário produziu seus próprios obstáculos e contribuíram no esgotamento da expansão capitalista no final dos anos 60 (BEHRING, 2014). Sobre esse momento destaca-se que:

Com a redução do exército industrial de reserva na situação de pleno emprego promovida pelo keynesianismo, ampliou-se a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Houve, ainda, uma generalizada incorporação da revolução tecnológica na produção, diminuindo os lucros extraídos do anterior diferencial de produtividade do trabalho. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Assim, configurou-se uma superabundância de capitais, acompanhada de uma queda dos lucros. A política keynesiana de elevar a *demand a efetiva*, captando os capitais abundantes e improdutivos, a partir da ação do Estado, ao invés de evitar a crise, conseguiu apenas amortecê-la, durante um período, sustentando as taxas de lucros em alta, obtendo, com isso, algum controle sobre o ciclo do capital (BEHRING, 2014, p. 18-19).

O apogeu da crise estrutural do capital culminou como um –vastíssimo processo de reestruturação de seu ciclo de expansão, com o propósito de recompor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação do trabalho nos anos 60 (ANTUNES, 2008, p. 43).

Após esse contexto de crise, pós-segunda guerra mundial, houve a reorganização do modo de produção capitalista em meados dos anos setenta e prosseguiu nas décadas seguintes, onde o capitalismo começou a ter uma nova postura em relação ao Estado de Bem Estar social (NETTO, 2012). Com isso, aconteceu uma ampla reestruturação capitalista, que precisa ser analisada sob a ótica de diversas dimensões com destaque para: econômica (envolvendo a financeirização global e a internacionalização da economia), política (onde é abordada uma noção de governação global), cultural (emergência de novos padrões estéticos e comunicativos) e social (OLIVEIRA, 2000; BRUNO, 2010).

Por outro lado, os avanços do capitalismo em mais diversificados campos e estruturas acontecem em função dos interesses econômicos, políticos, de poder. Tais interesses produzem desigualdades sociais, aumentam a pobreza, provoca degradação ambiental, entre outras problemáticas sociais (NETTO, 2012).

Cabe aqui destacar que no Brasil, o movimento de reestruturação capitalista ganhou força a partir de 1990, em decorrência da nova fase de desenvolvimento do capital em escala mundial, que projetou desde a década passada as instituições transnacionais e nacionais novas estratégias de produção, relativas à acumulação flexível. Essa reestruturação foi impulsionada principalmente pelas políticas neoliberais (SILVA, FARIAS, 2019).

Assim, nessa reestruturação, as relações sociais são permeadas pela existência de políticas sociais, fenômeno este intrinsecamente atrelado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se (BEHRING, 2014). Tal reestruturação:

Deflagrou-se, então, um conjunto de transformações no próprio processo de produção de mercadorias (KURS, 1992), através da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/ fordismo, onde se destaca especialmente o -toyotismo ou o modelo japonês. Estas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural (ANTUNES, 2008, p. 43).

Convém destacar que paulatinamente ocorreram mudanças nas formas de organização do trabalho no que diz respeito à esfera econômica, organização técnica, na organização e configuração das empresas no que se refere à produção e comercialização de bens e serviços,

com isso, houve também alteração no modelo de contratação de trabalhadores e no desenvolvimento do setor de serviços (BRUNO, 2010).

Todo esse processo inaugurou um novo ciclo na relação do Estado com a sociedade. Pois, se antes o modelo de acumulação de capital e organização do trabalho era mais fragmentado e rígido, hoje esse se apresenta de forma mais flexível e sistêmica, inclusive em termos geográficos, pois essa relação é altamente tecnológica (BRUNO, 2010).

Importante dizer que, a relação entre o Estado e Sociedade foi sendo construída através da própria história da humanidade, mediante problemas de conflitos, interesses, interações e sonhos. Por isso, ao discutir sobre essa temática é pertinente falar sobre as questões de poder e de vida gregária, haja vista, que essa relação deve possibilitar que um número maior de pessoas tenha acesso aos recursos necessários que lhes dignifique o viver com dignidade. Nesse sentido, –a relação Estado e Sociedade é marcada historicamente por tudo o que construímos no agora por nossas decisões, valores e visão de mundo (BRASIL, 2008, p. 7).

Em uma perspectiva histórica do conceito de sociedade e de estado, destaca-se que:

Sociedade é um conjunto de pessoas que vive em certa faixa de tempo e de espaço, segundo normas comuns e que são unidas pelas necessidades de grupo. É, na verdade, uma entidade autônoma que emerge da experiência da vida coletiva e possui características próprias que transcendem aos indivíduos que a ela pertencem. O Estado teria surgido da necessidade de se estabelecer um acordo entre os indivíduos que viviam em comunidade, com o objetivo de dirimir os conflitos que porventura se apresentavam (BRASIL, 2008, p. 8).

Por uma perspectiva histórica a relação entre Estado e Sociedade foi marcada por contribuições que estabeleceram direitos, deveres, organizações, normatizações, Constituições, instrumentos jurídicos e demais leis que regem essa relação.

No devir do século 21, no começo das primeiras décadas, foi evidenciado que a sociedade está demandante de uma nova perspectiva para o desenvolvimento. Essa nova perspectiva de desenvolvimento é pautada no paradigma paraeconômico que, por sua vez, transpassa o ideário neodesenvolvimentista, apresentando-se como uma nova estratégia e a relaciona com esse novo papel do Estado, propondo-se, ainda que teoricamente, a dar conta dele (DIAS, CARIO, 2014).

Essa nova estratégia redireciona a relação social de produção ao seu patamar de desproteção social da população, principalmente dos trabalhadores. Considerando que no

cenário atual do mundo do trabalho, esse passou no sistema capitalista por muitas transformações políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, houve mudanças nos modos de produção, pois a realidade mundial das produções foi também alterada, com isso houve o enfraquecimento de direitos antes conquistados, tais como a seguridade social, além disso, houve a expansão de relações laborais precarizadas (ANTUNES, 2008).

Portanto, o perfil do capitalismo contemporâneo vem sendo redesenhado através profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970, o que fica claro é que esse capitalismo apresenta mudanças no –mundo do trabalho, na –sociedade do trabalho, provocando inclusive o desaparecimento do –proletariado como classe, pois quanto maior a riqueza dos capitalistas, maior a pobreza do proletariado (NETTO, 2012, p. 416).

Outrossim, o universo do trabalho do mundo capitalista contemporâneo:

[...] é marcado pela –desproletarização do trabalho industrial (diminuição da classe operária tradicional), efetiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, heterogeneização do trabalho (incorporação do contingente feminino), subproletarização do trabalho (trabalho precário) e pela expansão do desemprego estrutural (que acarreta a exclusão dos mais jovens e dos mais velhos) (LIMA, 2011, p. 67).

O Brasil seguiu essa tendência de mudanças no mundo do trabalho, e tem paulatinamente se equipado com mais tecnologias, e conseqüentemente modificando as formas de gestão do trabalho o que por sua vez favorece a redução de empregos formais (ANTUNES, 2008). O que se observa no cenário atual é uma forte luta contra o desmonte, e uma desfavorável intervenção do Estado, considerando que este é um Estado capitalista, sociometabolicamente engrenado na reestruturação produtiva, em tempos modernos de flexibilização, em resposta ao padrão fordista de produção (NETTO, 2013).

O momento histórico presente é trilhado pela perda do papel civilizatório do modo de produção capitalista e seu aspecto de constantes, mais profundas e violentas crises. Por isso, a ideia pós-moderna de nova questão social deve ser desconstruída, e no lugar desta, nascendo assim a militarização da vida cotidiana e o assistencialismo na contemporaneidade (NETTO, 2013).

2.2 Ideário neoliberal e o aumento das expressões da questão social

Quando a economia *Laissez-faire*⁶ levou à catástrofe em 1929, John Keynes desenvolveu uma teoria econômica abrangente para substituí-la, as demandas keynesiana atingiram o limite nos anos 70, esse pensamento econômico que derrubou a ideia então predominante de que os mercados livres forneceriam automaticamente pleno emprego, ou seja, que todos que quisessem um emprego teriam um, desde que os trabalhadores fossem flexíveis em suas demandas salariais. Mas para Keynes uma demanda global inadequada poderia levar a períodos prolongados de alto desemprego (COGGIOLA, MARTINS, 2006; ALMEIDA, 2009; BEHRING, 2014; TORRES, NOVAES, 2019; MAGRO, REIS, 2020).

Assim, a produção de bens e serviços de uma economia é a soma de quatro componentes: consumo, investimento, compras governamentais e exportações líquidas (a diferença entre o que um país vende e compra de países estrangeiros). Qualquer aumento na demanda deve vir de um desses quatro componentes. Mas durante uma recessão, forças fortes muitas vezes amortecem a demanda à medida que os gastos caem (COGGIOLA, MARTINS, 2006; ALMEIDA, 2009; BEHRING, 2014; TORRES, NOVAES, 2019; MAGRO, REIS, 2020).

No entanto, as soluções keynesianas para as crises do século 21 ignoram três problemas óbvios, assim descritos: é difícil mobilizar as pessoas em torno de ideias antigas; as falhas expostas na década de 70 não desapareceram; e, o mais importante, essas ideias não têm nada a dizer sobre a situação mais grave: uma crise ambiental. O keynesianismo atua estimulando a demanda do consumidor para promover o crescimento econômico. A demanda do consumidor e o crescimento econômico são os motores do keynesianismo e do neoliberalismo, no entanto tudo isso provoca o aumento das expressões da questão social (COGGIOLA, MARTINS, 2006; ALMEIDA, 2009; BEHRING, 2014; TORRES, NOVAES, 2019; MAGRO, REIS, 2020).

Apesar dos termos serem semelhantes, o neoliberalismo é distinto do liberalismo moderno. Ambos têm suas raízes ideológicas no liberalismo clássico do século XIX, que defendem o livre mercado econômico e a liberdade dos requisitos contra o poder excessivo do

⁶ *Laissez-faire* é uma teoria econômica do século XVIII que se opôs a qualquer intervenção do governo nos assuntos comerciais. O princípio de condução por trás de *laissez-faire*, um termo francês que se traduz em "deixe em paz" (literalmente, "deixe você fazer"), é que quanto menos o governo estiver envolvido na economia, melhor será o negócio e, por extensão, a sociedade como um todo. A economia *laissez-faire* é uma parte fundamental do capitalismo de livre mercado.

governo. Essa variante do liberalismo é frequentemente associada ao economista Adam Smith, que argumentou em *-A Riqueza das Nações* (1776) diz que os mercados são governados por uma "mão invisível" e, portanto, devem estar sujeitos à interferência do governo (HOLANDA, 2011; BEHRING, 2014; CHOMSKY, 2018).

Mas o liberalismo evoluiu ao longo do tempo em uma série de tradições diferentes (e muitas vezes concorrentes). O liberalismo moderno desenvolveu-se a partir da tradição social-liberal, que se concentrou em impedimentos à liberdade pessoal, incluindo pobreza e desigualdades, doenças, discriminação e ignorância, que tinham sido criados ou exacerbados pelo capitalismo irrestrito, que só poderiam ser amenizados através da intervenção direta do Estado. Tais medidas denominadas no final do século XIX com os regimes de remuneração dos trabalhadores, o financiamento público de escolas e hospitais, e o controle sobre horas e condições de trabalho, englobam uma ampla gama de serviços sociais e benefícios característicos do chamado estado de bem-estar social (HOLANDA, 2011; CHOMSKY, 2018).

Toda essa evolução culminou com a precarização das formas de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho, que só a alavancaram mais (BEHRING, 2017). Com isso, uma onda liberal-conservadora veio a compor o cenário mundial, representado por presidentes com enfoque neoliberal nos grandes centros mundializados: no Reino Unido, com a presidente Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, com o presidente Ronald Reagan. (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014; TORRES, NOVAES, 2019).

No entanto, a América Latina foi o berço e o laboratório experimental do neoliberalismo. E o primeiro país a experimentar as políticas neoliberais foi o Chile (1973) durante a ditadura do governo de Augusto Pinochet. Nessa ocasião, Pinochet transformou a estrutura econômica de o país, reestruturando o papel do estado, reduzindo suas funções sociais. Transferindo as funções econômicas para o setor privado através de um conjunto de políticas conhecido no Chile como modernizações, colocando assim em prática as ideias neoliberais (UNDURRAGA, 2015).

Convém destacar que o neoliberalismo é um modelo político que engloba tanto a política quanto a economia, e busca transferir o controle de fatores econômicos do setor público para o setor privado. Muitas políticas de neoliberalismo aumentam o funcionamento do capitalismo de livre mercado e tentam colocar limites nos gastos do governo, na regulação

governamental e na propriedade pública (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014; TORRES, NOVAES, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Nessa direção, o neoliberalismo deve ser compreendido como –uma filosofia econômica com a pretensão de restabelecer níveis de lucratividade que permitam criar condições orientadas a uma explosão global de desenvolvimento¹ (BLACKBURN, 1999, p. 144). O projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado no campo social, tendo em vista que a valorização principal é na área econômica e não na social (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014).

Embora exista um debate considerável sobre as características definidoras do pensamento e da prática neoliberais, é mais comumente associado à economia da livre concorrência. Em particular, o neoliberalismo é frequentemente caracterizado em termos de sua crença no crescimento econômico sustentado como meio para alcançar o progresso humano, sua confiança nos mercados livres como a alocação mais eficiente de recursos, sua ênfase na intervenção mínima do Estado nos assuntos econômicos e sociais e compromisso seu com a liberdade de comércio e capital (TORRES, NOVAES, 2019).

Nesse sentido, o neoliberalismo se consolidou com uma pauta voltada para a criação de um consentimento político e intelectual, cujos fundamentos estavam baseados no conceito de liberdade para constituir-lo como alternativa para a superação da crise. Esse idealismo ganhou força e logo o neoliberalismo foi ofensiva na –mundialização do capital², estratégia puramente ideológica, para –implantação da reestruturação produtiva e na busca pela retomada do crescimento econômico³ (TORRES, NOVAES, 2019, p. 6).

Na América Latina, pode-se identificar uma –*virada continental para o neoliberalismo*⁴ no final dos anos 80, mediada pelas características políticas e econômicas da região: o forte autoritarismo político e a pobreza. No Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas. Tanto que conseguimos inscrever o conceito de seguridade social na Constituição de 1988. Para Anderson, o neoliberalismo é constituído por “*um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem*”, ou seja, destinado a disputar hegemonia (BEHRING, 2014, p. 13).

Portanto, o conceito de neoliberalismo foi amplamente utilizado para caracterizar o ressurgimento de mudanças institucionais e políticas baseadas no mercado realinhamentos em toda a economia mundial durante o período pós-1980. O neoliberalismo refere-se tecnicamente, a um conjunto de doutrinas sobre a estrutura apropriada para regulação

econômica, o termo tem sido apropriado por estudiosos e ativistas para descrever a organização política e reorganização ideológica do capitalismo que foi imposto através da tentativa de institucionalização do -mercado|| em doutrinas históricas e específicos contextos geográficos (TORRES, NOVAES, 2019; GUILHERME, REIS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Os defensores da ideologia neoliberal em 1989 formalizaram uma reunião, em Washington, denominada de Consenso de Washington, para a implementação de decisões a serem tomadas através de um conjunto de reformas direcionadas para a América Latina e o Caribe. Entre os participantes estavam o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro norte-americano (TORRES, NOVAES, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Nessa reunião, denominada de Consenso de Washington, foi deliberado um conjunto de reformas direcionadas para a América Latina e o Caribe. Essas reformas tinham a intenção de enquadrar os governos dos países periféricos aos moldes neoliberais. As medidas do Consenso de Washington foram organizadas por John Williamson, com algumas novidades, nesse mesmo período foram implantadas no Brasil estão sendo postas em práticas com privatizações, disciplina orçamentária, liberalização financeira, entre outros (TORRES, NOVAES, 2019; GUILHERME, REIS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Paulatinamente, o neoliberalismo se tornou tão difundido que raramente é reconhecemos como uma ideologia. Parece que a aceitamos é tal como uma espécie de lei biológica, mas essa filosofia surgiu como uma tentativa consciente de remodelar a vida humana e mudar o *locus* de poder. Igualmente, a liberdade que o neoliberalismo oferece, que soa tão sedutora quando se expressa em termos gerais, acaba por significar liberdade para o -poucos||, não para -todos||. Por exemplo: a liberdade de sindicatos e negociação coletiva significa a liberdade de suprimir salários. A liberdade de regulamentação significa a liberdade de envenenar rios, colocar trabalhadores em perigo, cobrar taxas de juros iníquas e criar instrumentos financeiros exóticos (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014; GUILHERME, REIS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

Nessa direção, o neoliberalismo vê uma concorrência como a característica definidora das relações humanas. Redefinir os consumidores assim como considerar as escolhas democráticas são os melhores exercícios pela compra e venda, um processo que recompensa o mérito e pune a ineficiência. Sustenta que -o mercado|| oferece benefícios que nunca podem ser alcançados pelo planejamento. Como tentativas de limitar a competição são tratadas como inimigos da liberdade. Os impostos e a regulamentação devem ser minimizados, os serviços

públicos privatizados. A organização do trabalho e a negociação coletiva por sindicatos são retratados como distorções do mercado que impedem a formação de uma hierarquia natural de vencedores e perdedores (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014; GUILHERME, REIS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

A desigualdade é reformulada como virtuosa, ou seja, uma recompensa pela utilidade e um gerador de riqueza, que goteja para enriquecer todos. Os esforços para criar uma sociedade mais igualitária são contraproducentes e moralmente corrosivos. O mercado garante que todos recebam o que merecem (HOLANDA, 2001).

O ideário neoliberal e seus credos são reproduzidos socialmente, os ricos se convencem de que adquiriram sua riqueza pelo meio do mérito, ignorando como vantagens – a boa educação, herança e classe – que podem ter ajudado a garanti-la. Já os pobres começam a se culpar por suas falhas, mesmo quando poucos fazem para mudar suas circunstâncias. Ainda nessa direção, do aumento das expressões da questão social, para o neoliberalismo não importa o desemprego estrutural, pois se indivíduo não tem emprego é porque não é empreendedor, além disso, não importa que seus filhos não tenham mais um campo de futebol na escola e se engordarem, a culpa é sempre sua. Pois em um mundo regido pela competição, aqueles que ficam para trás se definem e autodefinem como perdedores (GASPAROTTO, GROSSI, VIEIRA, 2014; GUILHERME, REIS, 2020; OLIVEIRA, 2020).

O neoliberalismo vê uma concorrência como a característica definidora das relações humanas. Redefinir os consumidores como considerar as escolhas democráticas são os melhores exercícios pela compra e venda, um processo que recompensa o mérito e pune a ineficiência. Sustenta que "o mercado" oferece benefícios que nunca podem ser alcançados pelo planejamento (HOLANDA, 2001).

Outro paradoxo do neoliberalismo são os resultados do aumento das expressões da questão social, na qual a ideologia neoliberal foi aplicada com mais rigor estão as epidemias de automutilação e suicídios, os transtornos alimentares, a depressão, a solidão, a ansiedade de desempenho e fobia social (GUILHERME, REIS, 2020).

Na América Latina, o neoliberalismo é frequentemente representado como um sucessor necessário e inevitável das políticas político-econômicas de industrialização por substituição de importações. As políticas de industrialização por substituição de importações promoveram o crescimento econômico voltado para o interior e a industrialização, limitando comércio exterior e investimento por meio de políticas protecionistas, como tarifas, cotas, e

subsídios para a indústria nacional. A política econômica e crises, e as configurações políticas e regimes de violência do Estado que moldaram as condições para uma reforma político-econômica na América Latina, isso demonstrava vividamente a vulnerabilidade dos Estados latino-americanos a flutuações na economia global (MARGHERITIS, PEREIRA, 2007; DA HORA, 2018).

Além disso, para lidar com os gastos deficitários, governos imprimiram dinheiro, levando a tendências inflacionárias, enquanto persistentes e o aumento da desigualdade econômica impediu a criação de classes de consumo grandes o suficiente para apoiar as indústrias nacionais. Por fim, a industrialização por substituição de importações, com foco na rápida industrialização foi particularmente prejudicial para as áreas rurais, e provocou a migração em massa para as áreas urbanas centros que, em alguns casos, sobrecarregaram a capacidade das prefeituras de forma adequada fornecer serviços básicos (DA HORA, 2018).

Todo esse cenário surgiu entre regimes militares em vários países da América Latina, sutilmente o ideário do neoliberalismo foi sendo implantado abrangendo o reescalonamento da administração estadual e suas responsabilidades de reinstitucionalização do Estado. Ou seja, as reformas neoliberais na América Latina visaram à descentralização da autoridade administrativa. Considerando que tal reestruturação foi justificada com base aumentando a participação pública e a boa governança. Nesse sentido, a ascensão do neoliberalismo ocorreu em um contexto marcado pela democratização incompleta, pelo legado das estruturas de poder coloniais, e por um autoritarismo reconfigurado que favorecia consistentemente as políticas baseadas no mercado. A política do neoliberalismo, ou seja, o conjunto de práticas que disputam a orientação normativa, econômica e política das sociedades na América Latina tem sido principalmente dita como resultado de uma combinação de fatores internacionais e domésticos (MARGHERITIS, PEREIRA, 2007; DA HORA, 2018).

2.3 Estado e Gestão das Políticas Sociais na Contemporaneidade

A gestão do Estado nas Políticas Sociais é um campo de ação (ou prática) de conhecimento focado estrategicamente na promoção do desenvolvimento social. Seu objetivo está na criação de valor público, contribuindo assim para a redução da pobreza e da desigualdade, bem como para o fortalecimento dos Estados democráticos e da cidadania (LEVY, DRAGO, 2005).

Os desenvolvimentos e mudanças na vida social levaram a mudanças nas necessidades sociais. Com isso, os problemas e suas soluções também mudam. Nessa direção os problemas sociais mudam com base em fatores econômicos e ambientais. Essas mudanças também diferem com base na estrutura social e nas políticas de Estado (PEREIRA, SILVA, CARBONARI, 2017; BEHRING, BOSCHETTI, 2017).

Por sua vez, as mudanças em relação aos problemas sociais levam ao desmantelamento das políticas sociais, que envolve o corte, a redução, a diminuição ou a remoção completa das políticas existentes. A necessidade percebida de dismantelar as políticas públicas existentes normalmente adquire particular pungência durante períodos de austeridade econômica aguda. E no Brasil, as políticas sociais estão intrinsecamente ligadas às condições vivenciadas em níveis políticos, econômicos e sociais. E toda essa engrenagem é vista como bem referiu Piana (2009, p. 21) por, –mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros, como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

O contexto histórico das políticas sociais está em paralelo com importantes acontecimentos da história humana. Um importante pilar da história mundial, a revolução industrial é uma revolução econômica de um lado, mas aumentou os problemas sociais do outro lado. Do ponto de vista industrial, as sociedades podem ser consideradas como sociedade pré-industrial, sociedade industrial e sociedade pós-industrial. Também é possível dizer que as políticas sociais que forneceram soluções para os problemas sociais também mudaram com base nas condições do período (FERNANDES, 2015; PEREIRA, SILVA, CARBONARI, 2017).

Convém destacar que, a revolução industrial que se concretizou no século XVIII teve alguns impactos importantes não só na vida econômica, mas também na estrutura social. Bem como, resolver problemas sociais e garantir prosperidade por meio de políticas sociais, que é um campo multidisciplinar e, conseqüentemente, surgiu o conceito de estado de bem-estar social (BEHRING, BOSCHETTI, 2017).

Os Estados, que tinham preocupações liberais e funções tradicionais de proteção, e alcançaram uma posição poderosa com suas abordagens internacionalistas, passaram por um período de transformação devido aos desenvolvimentos econômicos e sociais ocorridos no último trimestre do século XX. No entanto, os Estados têm sido alvo de críticas de que

aumentaram as despesas sociais para satisfazer as necessidades sociais e, portanto, causaram uma crise econômica nesse período em que os efeitos da globalização foram discutidos (HESPANHA, FERREIRA, PACHECO, 2014; SILVA, 2016).

O período que começou com a revolução industrial causou problemas sociais variados a partir da segunda metade do século XVIII. Buscando soluções para enfrentar a pobreza e o desequilíbrio social, que foram causadas pela industrialização, a política social tentou equilibrar a economia e as políticas sociais. As migrações para regiões industrializadas com o impacto da industrialização causaram novas profissões, condições negativas de vida e trabalho e pobreza. Diante dessa mudança na estrutura demográfica, os Estados adotaram como solução o entendimento econômico liberal. A economia de mercado livre que surgiu como resultado de preocupações de que as intervenções estatais prejudicariam os equilíbrios econômicos e sociais ajudaram uma parte da sociedade a ter bem-estar, mas fez com que os trabalhadores que constituíam a maioria da sociedade empobrecessem. O fracasso da economia liberal em garantir o bem-estar social resultou em críticas e no surgimento de abordagens neoliberais (HOBSBAWM, 2003; BIELSCHOWSKY, 2021).

O fato de que a abordagem limitada do entendimento do Estado liberal causou resultados negativos nas políticas sociais levou a adotar um modelo de Estado mais intervencionista e regulador. Como as expectativas sociais de que o Estado deveria atender as necessidades sociais aumentadas, o Estado ganhou um novo caráter para resolver problemas sociais (BRESSER PEREIRA, 1998).

Assim, afetado pelas guerras que eclodiram na primeira metade do século XX e crise econômica de 1929, o conceito de Estado mudou em favor das políticas sociais. Com a abordagem econômica keynesiana, abriu caminho para intervenções mais inclusivas e adotou uma abordagem de "estado de bem-estar"⁷. No entanto, também afetada pela globalização, a abordagem intervencionista do estado de bem-estar social para garantir o bem-estar econômico e social não conseguiu garantir o crescimento econômico, e a posição do Estado voltou a ser discutida (JACCOUD et al., 2009).

Nesse novo período, em que o aumento dos gastos sociais e dos impostos foi percebido como uma ameaça sugeriu-se que as responsabilidades sociais do Estado deveriam

⁷ Estado de bem-estar social é um conceito de governo no qual o Estado ou uma rede bem estabelecida de instituições sociais desempenha um papel fundamental na proteção e promoção do bem-estar econômico e social dos cidadãos. Baseia-se nos princípios de igualdade de oportunidades, distribuição equitativa da riqueza e responsabilidade pública para aqueles incapazes de aproveitar-se das disposições mínimas para uma boa vida.

ser reduzidas. As crises iniciadas na década de 1970 e os problemas que aumentaram com o efeito da globalização levaram a uma transformação no estado de bem-estar social. A crise do estado de bem-estar social e a discussão crescente sobre o papel do Estado na determinação das políticas sociais fizeram com que os Estados mergulhassem em novas missões (JACCOUD et al., 2009).

Embora as buscas pelo estado de bem-estar da Era de Ouro fossem diferentes, é possível dizer que as atitudes básicas eram atitudes neoliberais, como aumentar a eficácia das administrações locais, deixar a garantia do bem-estar nas organizações de lucro, e deixar os serviços sociais para o setor privado. Portanto, o modo Estado de Bem-Estar Social que surgiu com a revolução industrial foi reestruturado com a Era da Informação e a globalização que surgiu no último quarto do século XX. Nesse período, as políticas sociais são determinadas pela sociedade civil, organizações internacionais e supranacionais, em vez de meios tradicionais, o entendimento da política social se transforma em novas formas (SICSÚ et al., 2009; SANTOS, 2017).

Apesar de todas as críticas, o Estado de Bem-Estar Social ainda regula e implementa políticas sociais hoje. Exposto a algumas transformações e, em certa medida, substituído por políticas neoliberais como resultado de mudanças causadas pela globalização⁸, idade da informação, prevê que o Estado de bem-estar social continue sua existência em novas formas e permaneça como um importante poder para regular as políticas sociais no futuro (SOARES, 2020).

À luz de todos esses pontos discutidos até aqui, é possível dizer que, no futuro, os governos adotando abordagens comprometedoras de políticas sociais para alcançar o crescimento econômico levarão à reação da sociedade que tem a expectativa de bem-estar social. Por outro lado, alcançar o bem-estar sem se desviar das metas da política social também vai variar de acordo com a capacidade dos Estados de se adaptarem às mudanças e desenvolvimentos, e à reconstrução nesse ponto, que é a gestão das políticas na contemporaneidade (SOARES, 2020). Sabendo que:

As políticas sociais no Brasil tiveram, nos anos 80, formulações mais impactantes na vida dos trabalhadores e ganharam mais impulso, após o processo de transição

⁸ Segundo a OMS, a globalização pode ser definida como "o aumento da interconexão e da interdependência de povos e países. Entende-se geralmente incluir dois elementos inter-relacionados: a abertura de fronteiras internacionais para fluxos cada vez mais rápidos de bens, serviços, finanças, pessoas e ideias; e as mudanças nas instituições e políticas a nível nacional e internacional que facilitem ou promovam tais fluxos".

política desenvolvido em uma conjuntura de agravamento das questões sociais e escassez de recursos. Não obstante, as políticas sociais brasileiras sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, intervém nas manifestações da questão social, preocupado, inicialmente, em manter a ordem social. São elas formatadas a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente (PINA, 2009, p. 38).

Dada à amplitude e à importância relativa das escolhas políticas, as políticas de bem-estar social devem competir com as necessidades econômicas, políticas e de defesa de atenção e recursos. Sobretudo nos países pobres da América Latina, inclusive no Brasil, a garantia do bem-estar da população por meio da universalização de direitos e serviços públicos de qualidade é algo que de fato nunca aconteceu, observação que está também referenciada por Piana (2009).

Embora a democracia não seja mais exceção na América Latina, em muitos casos a viabilidade política dos principais convênios sociais e fiscais continua a ser um desafio permanente, o que explica o interesse de instituições internacionais no âmbito ou setor de política social. Numerosos estudos têm apontado as fragilidades políticas e institucionais que impedem as democracias latino-americanas de traduzir mandatos eleitorais em políticas públicas representativas, estáveis e coerentes.

Assim, no Brasil, no governo provisório de Michel Temer ocorreram vários fatos que contribuíram para demonstrar o processo que mais adiante será denominado de -desdemocratização, esse manteve apoio aos mercados financeiros que, e introduziu medidas de austeridade como a privatização dos serviços públicos, um limite de 20 anos nos gastos federais, uma reforma trabalhista que reduziu as proteções dos trabalhadores e enfraqueceu os sindicatos, entre outras aprovações, tudo em nome da estabilidade fiscal e da recuperação econômica (TENORIO, TEIXEIRA, 2021). Vale destacar que no Governo Temer, a extrema pobreza aumentou 11% em relação ao ano anterior, saltando de 13,3 milhões para 14,8 milhões de pessoas. O rendimento médio mensal dos mais pobres, que representam 4,5 milhões de brasileiros, caiu 40%, baixando de R\$ 76,00 para R\$ 47,00. A concentração de renda se agravou, os 10% mais ricos ficaram com mais de 43% dos rendimentos obtidos pelos brasileiros.

Mais recentemente, a polarização política no Brasil tornou-se um grande risco não só para a democracia do país, mas também para sua capacidade de enfrentar seus desafios mais urgentes, tais como nas políticas públicas. Assim, o governo turbulento do presidente Jair

Bolsonaro tornou-se um símbolo de como a polarização pode ser destrutiva e uma ameaça ao regime democrático do Brasil. A política brasileira já estava duramente dividida antes de ganhar destaque em 2017 e conquistar a presidência em 2018. O principal ponto de virada ocorreu em 2013. Por quase vinte anos antes, o Brasil gozava de estabilidade democrática — quantidades saudáveis de competição partidária dentro de um quadro claramente democrático. O país foi governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira de centro-direita de 1995 a 2002 e, em seguida, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 2003 — primeiro sob a liderança do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e depois, de 2011 até 2016, sob sua sucessora escolhida Dilma Rousseff.

Atualmente, existe um profundo ceticismo de muitos brasileiros sobre a disposição das elites políticas em corrigir as falhas cada vez mais evidentes do sistema, incluindo corrupção maciça, crescimento econômico cronicamente baixo, maus serviços públicos e uma crise de segurança pública de proporções sem precedentes. Por isso, é possível inferir, que no século XXI, nossos governantes debatem como nossa nação pode promover o crescimento econômico e o bem-estar social, enfatizando a necessidade de crescimento do emprego, enquanto as questões de longa data da pobreza e da desigualdade social, e econômica, recebem menos atenção (TENORIO, TEIXEIRA, 2021).

Considerando que as instituições nada mais são do que um pano de fundo, ou melhor, um conjunto de regras e procedimentos colocados em prática pelas partes interessadas para que os grupos de interesse possam posicionar um segmento da estrutura do governo contra outra como resultado da competição de interesses. Assim, o processo de governo é um conjunto versátil de relações transversais que mudam com a intensidade e as mudanças no poder e hierarquia de interesses (SOARES, 2020).

Uma hipótese controversa e relativamente explícita na formulação inicial do pluralismo é que competição eleitoral entre partidos políticos e as negociações entre esses partidos, o governo e os grupos de interesse tendem a se equilibrar e produzir resultados socialmente ideais em que as preferências da maioria dos cidadãos se refletem mais ou menos fielmente nas políticas públicas que são implementadas (TENORIO, TEIXEIRA, 2021). Como destaca Raichelis (2006), essas políticas seriam o resultado não de uma ação autônoma e coerente pelo Estado, mas sim de pressões relativamente descoordenadas exercidas sobre o governo de todos os lados por forças concorrentes sem nenhuma força exercendo influência avassaladora.

Dado que a competição eleitoral e o confronto organizado de interesses forçam as decisões e políticas públicas para incorporar os interesses de diversos grupos, como bem destaca Gomes (2007) um modelo pluralista assume como eficiente a transmissão das preferências do grupo de interesse ao governo e avaliação das decisões políticas e resultados como subproduto de um certo equilíbrio competitivo entre as preferências dos cidadãos e as grupos.

Essa eficiência relativa está enraizada no pressuposto de que os cidadãos têm interesses, gozam do direito e da capacidade real de se organizarem como forma de promover seus interesses e ter a Direito de voto. Na verdade, a presença de grupos de interesse organizados é vista como um complemento ao processo eleitoral democracia (GOMES, 2007). Até certo ponto, o pluralismo clássico tende a construir uma correlação entre políticas públicas e o conjunto de interesses organizados que essas políticas favorecem por meio da ação pública.

Assim, as políticas públicas não mudam com muita frequência e, quando o fazem, pode ser devido a mudanças na correlação de forças entre atores sociais e econômicos organizados, ou a mudanças nas coalizões eleitorais dominantes que dar origem a mandatos e governos mais favoráveis a uma ou outra coalizão de interesses. Normalmente, a mudança ocorre de forma incremental em resposta às negociações e arbitragem pelo Estado/governo com coalizões de grupos ou atores sociais mobilizados.

Uma crítica importante a essa abordagem é a pouca importância atribuída às disparidades e assimetrias de poder no acesso à tomada de decisões; a pouca atenção dada a não-decisões, ou seja, as razões pelas quais alguns problemas, mas não outros, chegam ao agenda pública; a dificuldade de promover reformas que alterem a influência dos grupos dominantes, como bem como a tendência de considerar os interesses ou preferências de grupos organizados e outros atores políticos como dados, o que empresta um viés de curto prazo e a-histórico a essa abordagem.

A mídia, redes sociais, vários líderes políticos, vários estudos descritivos e segmentos público que interferem na opinião pública continua a retratar a ação pública como um produto das pressões exercidas por concorrentes organizados grupos de interesse. Além disso, uma crítica no que diz respeito à política social como um setor de políticas públicas, essa abordagem identificaria quais grupos de interesse e/ou categorias sociais beneficiariam ou não das políticas adotadas e que assumiriam o ônus do financiamento ou custos associados.

Por fim, precisamos de análises multinódicas⁹ e pluralismo metodológico que incorpore abordagens históricas, empíricas, jurídicas, institucionais e econômicas ao inquérito social para melhor explicar o impacto do Estado e a Gestão das Políticas Sociais na Contemporaneidade.

2.4 Terceiro Setor: espaço privado e prestação de serviço público

Um dos pressupostos para a saída da crise está no reforço ao chamado terceiro setor, o pensamento neoliberal frequentemente processa uma segmentação entre as esferas do estado e do mercado. Cada um desses supostamente possui vida própria e autonomia, nesse pensamento não existe uma correlação. Assim, entende-se de forma unilinear a existência e permanência das questões econômicas despolitizadas no interior do mercado, enquanto na esfera estatal são identificados os processos de política formal deseconomizados. Eventualmente algumas atividades sociais também estão então desvinculadas da questão econômica, estando deseconimizados e despolitizadas (MONTAÑO, 2007).

Convém destacar que o termo terceiro setor normalmente se refere ao conjunto de instituições e organizações localizadas entre o Estado, o primeiro setor e o mercado, o segundo setor. O termo abrange associações voluntárias, instituições de caridade, organizações sem fins lucrativos, grupos comunitários, fundações e uma ampla gama de organizações privadas, sem fins lucrativos e voluntários. Excluem-se cooperativas e associações mútuas, embora exista sobreposição significativa entre esses tipos de organizações e a categoria do terceiro setor, particularmente em um contexto histórico e internacional. Os grupos de autoajuda pioneiros entre os pobres na era vitoriana e cooperativas entre pequenos produtores dos países em desenvolvimento hoje se qualificam. Nessa direção, as organizações do terceiro setor geralmente são independentes do governo (CABRAL, 2017; PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009).

Trata-se também de uma parte importante da história e da cultura do setor; são orientados pelo valor. Isso significa que eles são motivados pelo desejo de alcançar objetivos sociais (por exemplo, melhorar o bem-estar público, o meio ambiente ou o bem-estar econômico) em vez do desejo de distribuir lucro; e reinvestir quaisquer excedentes gerados na busca de seus objetivos. Por essa razão, as organizações do terceiro setor às vezes são

⁹ Algo que se faz ou apresenta de diversos modos ou multímmodo.

chamadas de organizações sem fins lucrativos. Um termo melhor é não-para-fins pessoais. Em muitos casos, as organizações precisam fazer excedentes (ou lucros) para serem financeiramente sustentáveis (CABRAL, 2017; PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009).

Então, a importância desse terceiro setor, que muitas vezes é chamado de setor sem fins lucrativos ou de economia social, agora é tal que está amplamente associada aos principais papéis econômicos das autoridades públicas: com a alocação de recursos por meio da produção de bens e serviços quase-público; com a função redistributiva por meio da provisão, gratuita ou quase gratuita responsável, de uma ampla gama de serviços para pessoas carentes por meio de contribuições voluntárias (em dinheiro ou através de trabalho voluntário) que muitas associações podem mobilizar; e finalmente, com a regulamentação da vida econômica quando, por exemplo, associações ou cooperativas sociais são os parceiros habituais das autoridades públicas na tarefa de ajudar desempregados pouco qualificados, que correm o risco de exclusão permanente do mercado de trabalho, de volta ao trabalho (MOREIRA, 2021; COSTA, ALFAZ, 2021; AMOROSO, 2021).

O termo setor sem fins lucrativos¹⁰ é baseado no Sistema de Contas Nacionais, que define uma instituição sem fins lucrativos como uma entidade que não distribui lucros, que é independente, e que recebe apoio voluntário. Em particular, as instituições sem fins lucrativos são entidades legais ou sociais criadas com o propósito de produzir bens e serviços cuja situação não lhes permita ser uma fonte de renda, lucro ou outro ganho financeiro para as unidades que as estabelecem, controlam ou financiam (ALBUQUERQUE, 2006; ALMEIDA, 2011).

Alguns estudos consideram as associações como parceiros feitos sob medida para novas transferências de responsabilidade e reduções paralelas nos custos públicos. As qualidades normalmente atribuídas à iniciativa privada (flexibilidade, rapidez, criatividade, disposição para assumir responsabilidades, entre outras) devem levar a melhorias nos serviços prestados (NÓBREGA, MALTA, 2021; GONÇALVES, 2016; MANZIONE, 2006; MATIAS-PEREIRA, 2008).

Outros, por outro lado, temem que o terceiro setor se tornará um instrumento de políticas de privatização, levando à desregulamentação social e o gradual desdobramento dos direitos sociais adquiridos. Outros ainda enfatizam o fato de que nossas sociedades estão se

¹⁰ Não existe consenso sobre quando surgiu às organizações sem fins lucrativos no Brasil, o que se sabe é que a criação em 1543 da Santa Casa de Misericórdia de Santos está registrada como a primeira instituição do Terceiro Setor no Brasil (PELIANO, FALCONER, 2002).

movendo em direção a uma redefinição das relações entre o indivíduo, as intermediárias estruturas da sociedade civil e do Estado (GNATA, 2021; GAMA, 2021).

Nesse sentido, o estabelecimento de associações voluntárias e outros tipos de organizações sem fins lucrativos servem tanto como um veículo de ação coletiva na formação de interesses quanto como mecanismo de fornecimento de bens públicos nem estatais nem de mercado (GNATA, 2021; GAMA, 2021).

Existem, portanto, na corrente neoliberal uma conversão do Estado como público e de todo o não Estado, isso é, mercado e sociedade civil, como privado, assim, a separação desses espaços coloca-os como esferas autônomas. Nesse sentido, para a corrente neoliberal as situações se processa da seguinte forma: O Estado, e a esfera pública ou social, e a política formal seria a mesma coisa, já a sociedade civil, o privado e o econômico ficariam a cargo do mercado, porem tal oposição seria resolvida com um novo setor público porem privado que passaria a absorver cada vez mais o trato da questão social, nesse sentido o Estado e o Mercado são identificados primeiro e segundo setores, seguidamente surgiria no mundo um terceiro cenário, que seria o terceiro setor, este seria não governamental e não lucrativo (MONTAÑO, 2007; ALENCAR, 2009).

O debate acerca desse novo setor também mante o estado autonomizado como um setor da política formal, e certa atividade social, como uma esfera exclusivamente pública, entretanto, o mercado vai assumir, dentro da sua própria dinâmica, uma lógica autônoma no que diz respeito às atividades econômicas como uma esfera exclusivamente privada (ALMEIDA, 2011).

Nessa direção, apenas o chamado terceiro setor, conseguiria articular o público e privado ao mesmo tempo. Frequentemente, os autores do terceiro setor, procedem a uma não diferenciação entre Estado e governo, assim as políticas definidas e operadas por determinado governo, são vistas como mudanças do Estado, provendo assim, uma verdadeira confusão entre governo e Estado. Com isso o que é na verdade política governamental definida a partir de opções de classe, alianças políticas partidárias e de acordos e compromissos com organismos internacionais de certas gestões, geralmente é vista como uma política própria do estado, como algo natural, como inalienável do poder estatal e que se a população deve cegamente aceitar (NÓBREGA, MALTA, 2021; MOREIRA, 2021; COSTA, ALFAZ, 2021; AMOROSO, 2021).

O pouco entendimento entre governo e estado, no que diz respeito às bibliografias que versam sobre o terceiro setor não é algo incomum. Na verdade, as organizações do terceiro setor não são estatais, porém o seu caráter não governamental é amplamente questionado. O terceiro setor, portanto, segue direto ou indiretamente a lógica das políticas de governo, o estado continua sempre mantendo o seu caráter de instituição e da ordem do capital, mantendo obviamente a sua racionalidade o seu caráter de classe (LOPES, 2004). Um claro exemplo, histórico dessa situação, ocorreu no Chile com o governo socialista Salvador Allende onde este se tornou conflitante com os interesses da ordem capitalista, gerando assim, muitos problemas naquela época (NEGRI, 2005).

No Brasil, os movimentos sociais entre as décadas de 70 e 80 desenvolveram atividades, para, ou contra o estado, que muitas vezes foram apoiadas por um tipo de organizações que particularmente nos contextos ditatoriais da época surgiram e se expandiram de forma progressiva, neste caso, as ONGs (ALENCAR, 2009; ARAÚJO, 2013).

Efetivamente, as chamadas organizações não governamentais surgem então fortemente vinculadas aos movimentos sociais, pois procurava sua melhor organização, articulação, participação, inclusive nas suas demandas e lutas. No entanto, com o advento dos regimes democráticos pós-ditadura houve uma alteração dessa situação, pois ocorreu uma retirada paulatinamente das agências financiadoras internacionais, e com o retorno à vida política dos sindicatos e partidos. Principalmente no Brasil, após a Constituição Federal de 1988. Muitos desses movimentos começaram a entrar em crise, e com o esgotamento do sonho de uma sociedade pós-capitalista, o mundo acordou para a realidade, que em tese só nos resta a humanização harmoniosa da sociedade capitalista globalizada e automatizada com o desenvolvimento do mundo e da vida e da ampliação dos espaços do terceiro setor (BESSANT, TIDD, 2009; ALENCAR, 2009; ARAÚJO, 2013).

Terceiro setor, em tese seria essa esfera de conciliação. Esse pressuposto mostra claramente o caráter de naturalização, e até de deificação, isso é de transformar em deus essa realidade que vai se delineando no contexto atual, e que vai perpetuando e se resignificando dentro da sociedade, inclusive fazendo com que a sociedade enxergue essa nova realidade como algo imodificável (ALENCAR, 2009). Ao se considerar como naturais e imodificáveis a globalização e as transformações neoliberais, as privatizações, as terceirizações e as flexibilizações do contrato de trabalho, vão procurando em seu interior uma melhora possível,

uma mudança possível, uma participação possível, ou seja, no que pontua Montaña (2007) instaura-se a cultura do possível, ou do possibilismo.

O debate possibilista do terceiro setor subordina a estratégia à tática confundindo a democratização como caminho necessário, porém insuficiente para a ordem do capital, com a democracia capitalista como o horizonte final, nessa visão do terceiro setor, que não vai se pautar numa luta pelo poder estatal ou numa articulação com o Estado, porque isso seria intangível. O que se quer é o poder que está ao alcance do subalterno, dos cidadãos comum criado nas associações e organizações comunitárias, portanto luta-se dentro da ordem capitalista, a perspectiva do terceiro setor é não classista, não política, não histórica, existe uma crença de uma possibilidade real do estabelecimento real de um contrato social que em tese traria um pacto social entre as classes, de conciliação entre as classes (NÓBREGA, MALTA, 2021; MOREIRA, 2021; COSTA, ALFAZ, 2021; AMOROSO, 2021).

Nesse ínterim, essa aliança proposta que em tese seria harmônica, com interdependência de suas procedências e interesses de classes é vazia, é uma discussão vazia. Como resultado de todo esse processo o que temos é a despolitização dos conflitos, a ruptura direta dos movimentos sociais com o Estado. Outrossim, essa parceria do Estado com o terceiro setor não é outra coisa, que meramente o repasse de verbas e de fundos públicos do estado para as instâncias privadas, substituindo assim, os movimentos sociais, e as políticas sociais para o terceiro setor (MONTAÑO, 2007; ALENCAR, 2009).

Então, a ideologia e a prática do terceiro setor vai desviar a atenção das causas da pobreza e das suas soluções, pois não conseguem ir além dos sintomas superficiais. A estrutura do terceiro setor com sua postura não política, e seus enfoques muitas vezes pautados no fazer o bem ou autoajuda, vai despolitizar e desmobilizar os pobres e os vulneráveis (MONTAÑO, 2007; ALENCAR, 2009).

Portanto, Montaña (2007) tece uma crítica de que, claramente, o terceiro setor vai substituir os movimentos sociais e as políticas sociais, além de ter um caráter despolitizado, desmobilizado, e que traz um jogo que na história já foi feito inúmeras vezes, que é o pacto de conciliação entre as classes, e que isso não funcionou. Seria então uma tentativa de dialogar dentro da própria estatal, pela humanização da própria estrutura estatal, só que não dá pra humanizar o que é inumano, o capital.

3 METODOLOGIA

Esse estudo é considerado como de revisão bibliográfica, pois de forma objetiva faz uma síntese dos conhecimentos e experiências de estudos empíricos através dos meios eletrônicos, livros, revistas, leis, dissertações e teses, realizando assim, a busca de trabalhos publicados sobre o tema com foco na diversidade de opiniões dos autores.

A revisão bibliográfica é, portanto, uma forma de sintetizar o conhecimento sobre um determinado assunto, além disso, promove o aprofundamento dos conhecimentos, suscita o pensamento crítico, que é relevante na prática diária. Existem algumas fases que compõem uma revisão, são elas: elaboração da pergunta norteadora que deve ser clara, objetiva e relacionada com uma base teórica. Importante traçar a direção da busca dos dados para que um maior número de trabalhos seja incluído; e a busca ou amostragem na literatura. Deve-se buscar uma ampla e diversificada revisão, em base de dados confiáveis para, enfim, a amostra seja representativa. Coleta de dados que busca extrair uma quantidade relevante de dados, que seja uma amostra significativa. Análise crítica dos estudos incluídos que organiza e analisa os dados com rigor (BARROS, LEHFELD, 2000).

Um método citado de apuração dos dados baseou-se na Prática Baseada em Evidências, focado na hierarquia das evidências; na discussão dos resultados que buscou relacionar os dados encontrados com o referencial teórico, além de ressaltar as contribuições, inferências e conclusões dos autores. Assim, a apresentação da revisão, deve ser apresentada de forma clara e completa, com informações detalhadas e pertinentes para o estudo (BARROS, LEHFELD, 2000).

A pergunta norteadora da pesquisa foi: -O que mostram as publicações sobre o terceiro setor em consonância com profissional assistente social?!. Os trabalhos revisados no presente estudo foram identificados por meio das seguintes bases de dados: Plataforma da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, e literatura cinzenta. Utilizou-se as palavras chaves com o operador booleano AND: terceiro setor, assistente social. Sendo assim, os artigos que atenderam às perguntas foram incluídos nos resultados e discussão.

4 RESULTADOS

O objeto do estudo foi identificar o terceiro setor e sua dimensão no sistema capitalista. Podemos dizer que o estudo possibilita uma análise do que esperávamos com a nova Constituição Federal de 1988, ou seja, a possibilidade da vivência democrática e cidadã, e uma vida mais justa e igualitária. Oposto a essa realidade existe ainda hoje um cenário que predominam políticas focalizadas, e pouco acesso aos descritos e citados direitos sociais, civis e políticos que tanto almejamos. O que presenciamos são expressão de cidadania e democracia no viés da normativa burguesa que se transforma e se reconstrói constantemente, e remete o que é factível de danos na manutenção ideológica do projeto burguês ao descaso ou faz de conta.

Essa (in)lógica reafirma a incredulidade de uma nova ordem social e nos faz reféns de pensamentos desmobilizadores de que nada pode ser feito, nada é possível contra o capital. Distanciando-nos de uma visão crítica e atuações que permitam um fortalecimento de uma posição contrária ao sistema capitalista de exploração e acumulação, que promove cada vez mais pobreza e vulnerabilidade, e lança alternativas de alianças e de bem comum para amenizar a situação de superar a crise que rodeia o sistema, como o terceiro setor.

Assim, a importância do terceiro setor, muitas vezes denominado de setor sem fins lucrativos ou de economia social, agora é tal que está amplamente associada aos principais papéis econômicos das autoridades públicas, com a alocação de recursos por meio da produção de quase público, bens e serviços; com a função redistributiva por meio da provisão, gratuita ou quase gratuita, responsável por uma ampla gama de serviços para pessoas carentes por meio de contribuições voluntárias, em dinheiro ou através de trabalho voluntário, que muitas associações podem mobilizar; e finalmente, com a regulamentação da vida econômica quando, por exemplo, associações ou cooperativas que atualmente são os parceiros habituais das autoridades públicas na tarefa de ajudar, os menos qualificados socialmente, e que correm o risco de exclusão permanente.

O terceiro setor é um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições, tais como organizações não-governamentais, organizações –sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, associações, empresas ditas –cidadãs, entre outras, e ainda, sujeitos individuais, sejam eles voluntários ou não (SILVA, 2011, p. 3).

No entendimento de Fontana e Schmidt (2021, p. 278), o terceiro setor é entendido como conjunto das organizações da sociedade civil, e não como conjunto de entidades sem fins lucrativos, sendo expresso por duas características humanas fundamentais: a cooperação e o altruísmo. Esse setor está voltado à solução de problemas públicos ou coletivos, nesse entendimento, as organizações sociais cumprem uma função sociopolítica de grande relevância.

O termo Terceiro Setor surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1970, mas no Brasil, foi a Fundação Roberto Marinho, que apresentou suas ideias as empresas e burguesia, no intuito de desenvolver ações institucionais voltadas para a refilantropização no trato da questão social, assim como evidencia Montañó (2007, p. 53) ao afirmar que –isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesial, há uma ideologia ligada à lógica capitalista que perpassa não apenas o conceito –Terceiro Setor, mas todas as relações circunscritas no cerne do seu –surgimento e expansão.

A persistência do desemprego estrutural em muitos países, a necessidade de reduzir os déficits orçamentários do Estado e para mantê-los em níveis baixos, as dificuldades do sistema de políticas social tradicional e a necessidade de políticas de integração mais ativas levantaram naturalmente a questão de até que ponto o terceiro setor pode ajudar a enfrentar esses desafios e talvez assumir o controle do público autoridades em algumas áreas. Tal pensamento claramente está alinhado com os ideais neoliberais.

Ontologicamente, o Terceiro Setor é associado à relação do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), considerando-os como setores separados. Nessa direção, para Corry (2010), quando alguma coisa não é governada principalmente pela lógica de mercado, ou nem através de uma cadeia burocrática de comando, essa deve fazer parte do setor "terceiro". Sendo assim, o Estado atua na esfera pública estatal, o Mercado na esfera privada e o Terceiro Setor na esfera pública não estatal.

Sobre esse assunto, Montañó (2007, p. 54) alerta que as afirmações da coexistência desses setores – mais especificamente, primeiro e terceiro – se configura como uma –grande debilidade conceitual, considerando que:

Quando os teóricos do –terceiro setor entendem este conceito como superador da dicotomia público/privado, este é verdadeiramente o –terceiro setor, após o Estado e o mercado, primeiro e segundo, respectivamente; o desenvolvimento de um –novo setor que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar. Porém, ao considerar o –terceiro setor como a sociedade civil, historicamente ele deveria aparecer como o –primeiro. Esta falta de

rigor só é desimportante para quem não tiver a história como parâmetro da teoria (MONTAÑO, 2007, p. 54-55).

Na atualidade, muitas definições operacionais seguem esse pensamento básico. Para Rodrigues (1998, p. 31) –por Terceiro Setor entenda-se (...) a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado, segundo Tenório (2001, p. 7), –essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais, e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade.

Em relação ao conceito de –Terceiro Setor existe uma realidade fragmentada dos setores na sociedade, sobre isso, Montaña (2007, p. 51) diz que a –perspectiva hegemônica, em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos ‘setores’ um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado ‘terceiro setor’, sendo denominados para essa suposta esfera da sociedade as fundações empresariais, Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades de direito privado etc., entre outras instituições.

Em relação às empresas sociais citadas acima, na visão de diversas literaturas, que falam sobre uma economia nacional, essa pode ser conceituada como ter três setores: o setor público, a economia privada e um terceiro setor, com organizações estabelecidas por pessoas de forma voluntária para perseguir o social ou os objetivos da comunidade. Tem-se que essa visão não é restrita geograficamente apenas aos Estados Unidos. Pois teorizar o terceiro setor dessa forma geralmente vai além das estipulações negativas de não-Estado sem fins lucrativos. Sem mais critérios, uma categoria puramente residual permanece dependente para coerência conceitual nas categorias primárias que levou as pessoas a procurar características definidas para se encaixar sociais ou comunitariamente.

De acordo com Corry (2010), no pensamento de Etzioni, o terceiro setor era caracterizado por ação orientada pelo valor e compromisso de indivíduos que operam dentro dela. Se o Estado finalmente alcança o cumprimento via coerção e sanções (ou a ameaça deles) e organizações de mercado trabalham através de recompensas ou remuneração (ou a ameaça de incorrer em custos), um "terceiro setor" existe sem qualquer um desses dois

mecanismos, em vez disso, confiando na manipulação de recompensas e privações simbólicas, o poder da persuasão e sobre os apelos aos valores compartilhados e idealismo.

A priori, em uma perspectiva do debate, alguns estudos consideram as associações como parceiros feitos sob medida para novas transferências de responsabilidade e reduções paralelas dos custos públicos. As qualidades normalmente atribuídas à iniciativa privada (flexibilidade, rapidez, criatividade, disposição para assumir responsabilidades etc.) devem levar a melhorias nos serviços prestados.

A retórica desse discurso é mascarada pela sustentação da defesa de que o Estado falido e em crise deve ser substituído pela sociedade civil, que dispõe de fórmulas mágicas para gerir o social como um negócio, retirando assim, do Estado, a responsabilidade histórica de gerir aquilo que é denominado de questão social.

Outros, por outro lado, Vitullo (2012) teme que o terceiro setor se torne um instrumento de políticas de privatização, levando à desregulamentação social e o gradual desdobramento dos direitos sociais adquiridos. Outros ainda enfatizam o fato de que nossas sociedades estão se movendo em direção a uma redefinição das relações entre o indivíduo, às intermediárias estruturas da sociedade civil e do Estado.

Assim, Costa (2005, p. 1) defende que:

O Terceiro Setor tem se configurado, no decorrer dos anos, dentro de um contexto social, econômico e político marcado pela complexidade, incerteza, instabilidade e mudanças aceleradas, em uma dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico. Em contrapartida, de muita pobreza e desigualdade social. Portanto, a dimensão e o significado do terceiro setor necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social, econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo (COSTA, 2005, p. 1).

Nessa direção, o Terceiro Setor não pode ser considerado uma via que se vangloria de ser o substituto do Estado na formulação e execução de políticas sociais, e nem de forma pessimista, negando a sua importância e a dimensão de suas ações no enfrentamento de diferentes manifestações da questão social brasileira.

Uma teorização crítica do terceiro setor, aqui entendida como visão de governo, contemporaneamente sugere que sociedade civil e o terceiro setor não estão livres de poder ou coerção, nem essencialmente doentes, mas nas formas contrárias de poder que, em uma condição de grande grau restringe quais atores podem existir e o que eles podem fazer e dizer. Essa ideia de governo é um sistema interligado de discurso e técnicas ou instituições que

permitem que certas práticas floresçam e outras parecem impossíveis, erradas, ou apenas ridículas.

O neoliberalismo tem – usando esse conceito – não foi visto como um sistema puramente econômico que permite que indivíduos livres cooperem voluntariamente em livre mercado, mas como uma mentalidade e técnica de governar que cria certo tipo de indivíduo que é autodisciplinar, adaptado ao mercado na competição e consumo, e subserviente à ordem social que isso depende (COSTA, ALFAZ, 2021; FRANÇA JUNIOR, 2021).

Diante disso, o terceiro setor não deve ser tomado pelo valor facial como uma zona livre de energia de realização não coagida de valores compartilhados onde comunicação humana autêntica pode ocorrer, nem como uma zona de contestação. Para uma visão governamental, ambos podem parecer ingênuos (IAMAMOTO et al., 2009).

Ao repensar o universo de ação desse Terceiro Setor, sobretudo no que diz respeito aos procedimentos políticos e operacionais que adota em países da periferia do capitalismo, este contribuir para solapar direitos sociais, isso é, o conjunto das organizações do Terceiro Setor contribui também para provocar prejuízos econômicos a enormes parcelas das populações até recentemente reconhecidas pelo Estado como portadoras de direitos à informação, educação, saúde, previdência social, trabalho, entre outros.

Tem-se que os discursos sobre as instituições da sociedade civil, como parcerias privadas ou associações, fazem parte das estratégias das quais certos tipos de governança é alcançada. Normalmente, o terceiro setor é visto como parte – ou mesmo uma ferramenta para – a ordem liberal dominante nos países ocidentais e no ocidente global que possui um conglomerado de organizações e sociedade civil.

Por exemplo, Sending e Neumann (2006) reportam como os Estados usam as ONGs para implementar suas políticas sobre controle populacional. Pois, considera que um governo com uma mentalidade global surge e luta por um sistema estatal que implanta na sociedade civil a organização do terceiro setor para promover o livre mercado possibilita o atendimento dos interesses comuns com base na concorrência de agentes e empresas focados unicamente no seu próprio interesse, cabendo ao Estado basicamente o papel de assegurar as regras do jogo econômico, com um mínimo de intervenção.

Sobre esse assunto, Montañó (2007) faz uma crítica referente às ONGs, para quem a sociedade mundial tem depositado uma confiança fora do comum nestas instituições atribuindo inclusive funções salvacionistas, principalmente no Brasil. O autor refere que o

Terceiro Setor tem uma máscara de um –bem intencionado, anticapitalista e antiestatista. Mas, no seu ponto de vista, as entidades do Terceiro Setor atuam é pela causa do resgate da miséria humana consumada em todas as mais nefastas formas de exclusão social vivida pelos homens, mulheres, velhos e crianças da atualidade, assim ocorre o não resgate desses atores, o que por sua vez contribui para a agudização, e reforça a indigência dos indivíduos. .

Nesse cenário, o Serviço Social e as questões e problemas enfrentados pela sociedade estão mudando rapidamente, com isso, é preciso que os assistentes sociais tenham um ampliado conhecimento para desenvolver suas habilidades a pensar criativamente para enfrentar novos problemas sociais à medida que surgem. Por isso, o Terceiro Setor tem alcançado no cenário internacional e nacional um terreno fértil para a atuação de profissionais das ciências humanas e sociais, dentre os quais têm se destacado especialmente os assistentes sociais. Nessa direção:

[...] a inserção dos(as) profissionais do Serviço Social nas diversificadas instituições que o –compõem, e ainda apresentarmos as relações de trabalho que envolve o(a) assistente social nas mesmas. Isso se faz necessário pelo fato dessas instituições surgirem como forma de dar respostas as expressões da questão social, dessa forma sendo o(a) assistente social o(a) profissional que, na divisão sociotécnica do trabalho, se insere no contexto que busca mediar a relação capital versus trabalho (onde se encontra o cerne da questão social), os serviços prestados por essas instituições irão demandar a atuação de assistentes sociais, se configurando esse espaço como um dos campos de atuação profissional (SILVA, 2011, p. 7).

Pertinente ressaltar que em relação à atuação do Assistente Social no contexto do Terceiro Setor, Costa (2009) destaca que são necessários alguns requisitos são fundamentais para aqueles profissionais que almejam ingressar em organizações do Terceiro Setor. Com destaque para a necessidade de que este possua uma sólida formação profissional sobre:

Os determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações, As políticas sociais setoriais para o enfrentamento dessas manifestações A relação Estado, Mercado e Terceiro Setor, discernindo o papel e função de cada um no contexto da formulação e execução dessas políticas; não esquecendo que cabe ao ESTADO o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social. O terceiro setor é parceiro do Estado e não o contrário (COSTA, 2009, p. 1).

Um golpe perverso vem sendo desferido sobre a profissão de Serviço Social, mas que também se estende a outras profissões de caráter social. Que de acordo com Montañó (2007, p. 243-256), a descentralização administrativa e a privatização e a transferência para o

-terceiro setor|| das respostas às sequelas da -questão social|| repercutem negativamente no aumento tendencial do nível de desemprego profissional, na precarização das condições de trabalho, nas condições de emprego procede-se tanto a uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais, como a uma autorresponsabilização pelas respostas às próprias necessidades localizadas, o que se reflete direta e fortemente na base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, haja vista seu projeto ético-político de 1993, em prol de atuação no fortalecimento da classe trabalhadora e projetos societários que aumente a emancipação.

A atuação em instituições do terceiro setor se configura para o Serviço Social como um dos impactos trazidos pelo processo de contrarreforma do Estado brasileiro, a partir da transferência dos serviços sociais para a esfera do terceiro setor. As novas formas de responder as expressões da questão social – como já fora citado – irão apresentar novas demandas e novos espaços ocupacionais para o(a) assistente social, no caso das competências e atribuições é importante salientar que elas chegam, por vezes, a extrapolar o que está previsto na lei de regulamentação da profissão (8.662/93) no tocante as competências e atribuições profissionais, principalmente a partir da difusão dos princípios da ajuda e solidariedade o que pode -levar à desprofissionalização do atendimento social|| (ALENCAR, 2009, p. 458).

A crescente segmentação do mercado de trabalho estabelece uma diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas da iniciativa privada e alterando as atribuições e papéis profissionais, efetivando numa direção conciliadora e/ou numa perspectiva doutrinadora (ALENCAR, 2009, p. 12-13).

Assim, negar esse fato e fingir que tudo segue sem problemas para a referida profissão é negar a nova perspectiva em que essa profissão se insere na atualidade, ou seja, de resistir ao sistema capitalista e sua forma de exploração da classe trabalhadora. O conhecimento crítico deste processo e seu enfrentamento é o único caminho a seguir.

Em nosso estudo nos deparamos com um conceito imbricado entre entidades sem fins lucrativos e Estado e a presença do empresariado, formatando um espaço de interesses comuns para o enfrentamento das expressões da questão social. Um novo espaço conceituado como Terceiro Setor que indica não haver lados opostos quando se trata de enfrentar a pobreza, a miséria, a vulnerabilidade. Todos são chamados a deixar suas diferenças e juntos agir na construção de uma sociedade melhor. Essa falácia no nosso entendimento não passa de

uma alternativa do sistema capitalista para fortalecimento e reprodução do ideário burguês, o que convencionamos chamar em conformidade com Mészáros (2002) de espaço sociometabólico do sistema capitalista.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma –entidade materiall – também não é, um –mecanismo|| racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro —mecanismo de mercadoll (a ser alegremente abraçado pelo –socialismo de mercadoll) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura –totalizadora|| de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua –viabilidade produtiva||, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, –totalitário|| – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu –microcosmoll até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Oposto a realidade de uma proteção social, o Estado apoia as tendências capitalistas em detrimento ao interesse coletivo da população mais vulnerável. Como identificamos em diferentes estudos à população brasileira ainda hoje vivencia um cenário que predominam políticas focalizadas e pouco acesso aos descritos e citados direitos sociais, civis e políticos descritos na Constituição Federal de 1988. O que presenciamos é expressão de cidadania e democracia no viés da normativa burguesa, somente a forma como o sistema capitalista em seu formato neoliberal permite que vivenciemos. O que é aceito é o que não causa danos na manutenção ideológica do projeto burguês.

As lutas e reivindicações da população passam justamente por esse julgamento metabólico do que se é ou não factível ao sistema. Assim entendemos o Terceiro Setor, por melhores intenções sua existência na sociedade brasileira é voltada para essa reprodução das relações de produção do sistema capitalista. E mesmo o profissional, Assistente Social que atua nessas organizações, não possuem autonomia, para dar visibilidade à proposta societária.

O primeiro elemento a assinalar é que aquele espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, constituído sob os princípios da politização da questão social, passa a ceder lugar às chamadas organizações sociais, imbuído dos princípios da ajuda e solidariedade e que pode levar à desprofissionalização do atendimento social. Para Iamamoto (2005), os projetos sociais das organizações privadas são

movidos pelo interesse privado em detrimento do interesse público. Ocorre que, sendo o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, ele tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social. O trabalho do assistente social passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado sócio do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência (IAMAMOTO, 2005, p. 12).

Portanto, pensar o Terceiro Setor como espaço de luta da categoria do Serviço Social é criar novas estratégia e incidir sobre a presença do Estado na constituição dos direitos da população e não se iludir que é espaço privilegiado da categoria, por ser perpassado por ideários de voluntariado, ajuda, assistencialismo que não representa a luta expressa pela categoria de Assistentes Sociais em seu Projeto Ético-Político.

Quanto ao mercado de trabalho aberto no chamado -terceiro setor||, este está muito -longe de se constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais)|| dado que -apostar nas ONGs como saída profissional é desconhecer os graves riscos de pluriemprego|| (NETTO, 1992, p. 122).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que falar sobre o papel do terceiro setor envolve refletir sobre o tipo de sociedade que está em vigor no momento. Posto que, quando a sociedade existente está completamente com ausência de intervenção estatal, ou mesmo a realidade da nação é extremamente pobre, desarticulada, e com insignificante papel de desenvolvimento do Estado, neste caso, a organização espontânea da sociedade civil pode lograr êxito aos seus problemas e necessidades, sendo até mesmo fundamental para esse modelo de nação, isso é, para esse tipo de cenário, o chamado terceiro setor é algo extremamente importante.

No entanto, em contextos onde a sociedade é rica, a nação está entre as potências econômicas mundiais, o Estado é poderoso, e com grande geração de riqueza – como o Brasil, por exemplo, cujo problema, é o que este faz com o dinheiro, não a falta desse – que tem uma Constituição que estabelece um tipo de política social, e seguridade social capazes de garantir o direito da cidadania entre outros. Para as nações com esse tipo de realidade, o chamado terceiro setor cumpre um papel completamente diferente.

Nessa direção, considerando países em desenvolvimento, tal como o Brasil, o terceiro setor, cumpre fielmente o seu papel ideológico, político, econômico etc. que contribuí com o desmonte do Estado pelo menos no que diz respeito a sua área social.

Assim, o terceiro setor contribui e legítima socialmente para o afastamento do Estado, este é, portanto, o projeto neoliberal que está alicerçado na esfera social sobre três pilares: a autorresponsabilização do indivíduo, a desresponsabilização social do Estado, e a consequente desoneração do capital. Ao juntar esses três pilares percebe-se que tais argumentos estão presentes no empoderamento, na economia solidária, na promoção das ONGs, da participação social comunitária, entre outros.

Outrossim, tem-se que uma coisa é a população autorresponder as suas necessidades, outra coisa é o Estado responder a partir de um direito fundamental. Nesse sentido, existem duas maneiras de garantir o acesso da população às suas demandas. A primeira forma é através de ações caritativa, solidária, voluntária e individual, esse é o caminho do terceiro setor; a outra é a garantia do acesso como um direito do cidadão e uma política pública, esse é, portanto, o dever do Estado.

A priori, então, novamente têm-se dois caminhos alternativos. Um caminho promove o neoliberalismo; já o outro caminho promove a intervenção do Estado para garantir o acesso da população. Esses dois caminhos, nestes tempos de pandemia, por exemplo, aparecem em uma visibilidade gritante, pois se de um lado, existe um maior número de população precisando de acesso ao mínimo, por outro lado, tem-se o Estado socorrendo os bancos e as empresas multinacionais em uma economia em tempos desfavoráveis, gastando o dinheiro público com politicagens, no lugar de investir para que a população possa ter o apoio necessário nesse momento, ou até mesmo, investir nas microempresas, para que estas tenham capacidade de subsistir a pandemia, pois, é assim que o papel do Estado é fundamental.

De forma simplista, para aquela pessoa que está passando por sérias necessidades, o acesso a sua demanda é urgente, isso é, essa situação é uma necessidade imediata, assim, quando o Estado através dos governos neoliberais não atua ou dá uma resposta assertiva, o terceiro setor pode cobrir o acesso para tais demandas. No entanto, o problema aqui, é que o terceiro setor fará o que o Estado não faz, mas este fazer está atrelado a diversos não, tais como: não garante direito, ao contrário violando o direito constitucional de acesso aos bens e serviços; não garante a estabilidade da prestação de serviço; e não garantindo a qualidade.

Nesse sentido, o terceiro setor tem a sua dualidade de sim e não, no que diz respeito às respostas das necessidades. Na vertente sim, o terceiro setor responde precariamente, limitadamente e transitoriamente. Isso posto, investir participar nas ações do terceiro setor não pode significar a renúncia sobre a pressão do Estado em cumprir o seu dever constitucional, levando em consideração que uma coisa não pode ser alternativa a outra.

Ampliando o debate sobre se o espaço do terceiro Setor é um espaço privilegiado para atuação do Assistente Social, definimos que assim como Montañó, não percebemos esse setor como estratégia de melhoria ao trabalhador, visto aumentar as possibilidades de uma ação voluntária, messiânica e precarizada sob as condições de trabalho. Como alerta Serra (2000):

De fato, a inserção dos assistentes sociais nestes espaços sócio-ocupacionais tende a ser caracterizada pela precariedade das inserções empregatícias, predominando a flexibilização das relações contratuais, marcada pela rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos, jornada de trabalho de tempo parcial (SERRA, 2000, p. 182).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, 2002.

SERRA, R. M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

ALENCAR, M. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ALMEIDA, M. D. **Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)**. Tese. 323 f. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2009.

ALMEIDA, V. Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 85-104, 2011.

AMOROSO, H. V. A. E. **Facetas da responsabilização do terceiro setor diante do novo tratamento jurídico dado às parcerias sociais.** São Paulo: Dialética, 2021.

ANDRADE, R. A.; VELOSO, R. S. **Serviço Social, gestão e terceiro setor.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. **Revista Debate & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2008.

ARAÚJO, F. O. **Sociedade civil e "Terceiro Setor":** crítica ao padrão neoliberal de atendimento às Políticas Sociais no Brasil e seus rebatimentos para o serviço social. 73 f. (Trabalho de Conclusão de Curso)- Curso de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Polo Universitário de Rio das Ostras. Rio das Ostras, Rio de Janeiro. 2013.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S.; **Fundamentos de Metodologia Científica:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron, 2000.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. p. 1-27, 2014.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez editora, 2017.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo.** São Paulo: Bookman Editora, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. São Paulo: Contraponto Editora, 2021.

BLACKBURN, R. Estado, democracia e alternative socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Relação Estado – Sociedade.** 3. ed. rev. e atual. Brasília: ESAF, 2008. 52 p. (Série Educação Fiscal. Caderno 2).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 49-95, 1998.

BRUNO, L. Reestruturção capitalista. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **TERCEIRO SETOR - Gestão e controle social.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2018.

COGGIOLA, O.; MARTINS, J. **Dinâmica da globalização**. Florianópolis: UFSC, 2006.

CORRY, O. Defining and theorizing the third sector. In: **Third sector research**. Springer, New York, NY, p. 11-20. 2010.

COSTA, J. D.; ALFAZ, A. Intersetorialidade no terceiro setor e o papel do assistente social como articulador de rede socioassistencial. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 90-102, 2021.

COSTA, S. F. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, v. 7, n. 2, 2005.

DA HORA, D. L.. **Política Educacional e Modernização Falaciosa no Brasil**. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. A Relação entre Estado e Sociedade no Século XXI: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 370-403, 2014.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FONTANA, E.; SCHMIDT, J. P. Um conceito forte de terceiro setor à luz da tradição associativa. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 26, n. 1, p. 278-304, 2021.

FRANÇA JUNIOR, R. P. A crise estrutural do capital, as relações Estado-sociedade e o mito do terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, p. 366-385, 2021.

GAMA, W. A. S. et al. A **Desresponsabilização estatal com as políticas sociais**: o ECA e a palmatória neoliberal. 2021.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11, 2014.

GNATA, N. P. B. **O FIM DA SOLIDARIEDADE**: crítica da privatização da previdência Social. São Paulo: Alteridade Editora, 2021.

GOMES, A. P. S. **Os desafios das políticas sociais na contemporaneidade**: o caso da Prefeitura de Belo Horizonte. 248 p. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

GONÇALVES, N. V. **Economia paralela**. São Paulo: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

GUILHERME, R. C.; REIS, C. N. Pobreza e proteção social na América Latina: as bases teóricas para a formulação de políticas públicas. Org. GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, A. L. S.; GERSHENSON, B. In: **Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 319 p. 2020.

HESPANHA, P.; FERREIRA, S.; PACHECO, V. O Estado Social, crise e reformas. **A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos**, Observatório sobre Crises Alternativas, p. 189-281, 2014.

HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOLANDA, F. U. X. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. et al. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-375, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JACCOUD, L. B. et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. IPEA: Brasília, 2009.

LEVY, E.; DRAGO, P. A. **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

LIMA, M. E. A. Trabalho e saúde mental no contexto contemporâneo de trabalho: possibilidades e limites de ação. Vizzaccaro-Amaral AL, Mota DP, Alves G, organizadores. **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI**. São Paulo: LTr, p. 161-72, 2011.

LOPES, J. R. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 57-66, 2004.

MAGRO, A. F. N.; REIS, C. N. Programas de transferência condicionada de renda: um meio para controle e manutenção da pobreza ou uma resposta ao ajuste estrutural? Org. GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, A. L. S.; GERSHENSON, B. In: **Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 319 p. 2020.

MANZIONE, S. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Novatec Editora, 2006.

MARGHERITIS, A.; PEREIRA, A. W. The neoliberal turn in Latin America: the cycle of ideas and the search for an alternative. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 3, p. 25-48, 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 61-82, 2008.

MONTAÑO, C. E. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, R. S. Estado e Terceiro Setor: Um caso de complementação ou substituição?. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e24610111768-e24610111768, 2021.

NEGRI, C. **A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana: um estudo comparativo entre Brasil e Chile**. 147 f. (Dissertação de Mestrado)-Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Brasília, DF. 2005.

NETTO, J. Crise do capital e consequências societária. **Serviço Social e Sociedade**, v. 111, 2012.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, 2013.

NEVES, S. M. Reestruturação Produtiva, reorganização da força de trabalho e desenvolvimento tecnológico no capitalismo contemporâneo: desafios ao direito do trabalho. In: RAMOS FILHO, W. **Trabalho e regulação**: as lutas sociais e as condições materiais da democracia. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Fórum, p. 300-301, 2012.

NÓBREGA, T.; MALTA, A. D. B. S. O novo acordo de não Persecução Cível e sua aplicabilidade para o 3º Setor: The new non-Persecution Agreement and applicability for the 3º Sector. **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas** (Brazilian Journal of Law Research), v. 2, n. 1, p. 55-84, 2021.

OLIVEIRA, A. L. M. **Enfrentando a Pandemia na América Latina**: Uma análise de vulnerabilidades após 30 anos de neoliberalismo. Série de informes da ISP - Informe especial sobre s Pandemia de Covid-19. 2020.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica Gestão do Trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PELIANO, A. M.; FALCONER, A. Terceiro Setor: a sociedade por ela própria. **Revista Brasileira de Administração**. Ano XII, n. 38, p. 32, 2002.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 761-778, 2009.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAICHELIS, R. et al. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 73-87, 2006.

SANTOS, M. B. **Do estado virtual ao estado penal: transformações no estado de bem estar social na era da informação**. 239 p. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2017.

SENDING, O. J.; NEUMANN, I. B. Governance to governmentality: Analyzing NGOs, states, and power. **International studies quarterly**, v. 50, n. 3, p. 651-672, 2006.

SICSÚ, J. O. et al. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. IPEA; Brasília, 2009.

SILVA, F. C. **O futuro do Estado Social**. São Paulo: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

SILVA, K. L. Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. **Ipea Code Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011.

SILVA, S. R.; FARIAS, F. B. A reestruturação capitalista e a precarização do trabalho feminino no Brasil entre 2008-2016. **IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS...** Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 20 a 23 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_343_3435cc9eea5b89c1.pdf>. Acesso em: 29 Set. 2021.

SOARES, E. A. A. A. O fracasso do bem-estar social na democracia brasileira. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, n. Especial, p. 915-928, 2020.

TENORIO, F. G.; TEIXEIRA, M. A. C. O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

TORRES, E. C.; NOVAES, J. G. A concepção e a manutenção da pobreza para o neoliberalismo até os nossos tempos. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

UNDURRAGA, Tomás. Neoliberalism in Argentina and Chile: common antecedents, divergent paths. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 11-34, 2015.

VITULLO, G. E. **A ideologia do Terceiro Setor: ensaios críticos**. Natal: EdUFRN, 2012.

Apêndice A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu, Denise da Silva Bemes RA 36716

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Grécio Setor e suas Representações no Contexto Brasileiro

de autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Edson Jesus Dias Mendes da Silva

Curso: serviço social Modalidade afim _____

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Denise da Silva Bemes

Assinatura do representante do grupo

Edson Jesus Dias Mendes da Silva

Assinatura do Orientador (a):

Goiânia, 26 de Novembro de 2021.